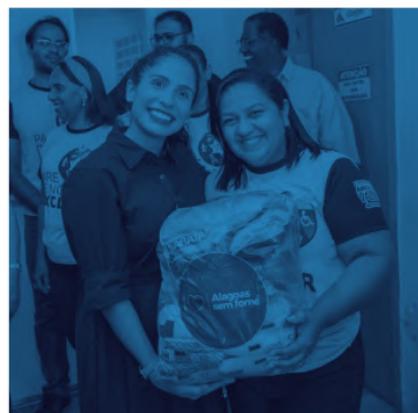




Alagoas sem fome



• SUMÁRIO EXECUTIVO •



Análise Temática do Programa Alagoas Sem Fome

O presente Sumário Executivo apresenta uma síntese da **Análise Temática para o Programa Alagoas Sem Fome (PASF)** - produto integrante da consolidação do Observatório de Políticas Públicas de Alagoas (OPP/AL), no âmbito do projeto Visão Alagoas 2030, uma cooperação técnica entre o Governo de Alagoas e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

A Análise Temática tem como objetivos: (i) sistematizar e analisar as iniciativas implementadas, com destaque para suas potencialidades e desafios; (ii) mapear boas práticas nacionais e internacionais no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar; e (iii) apresentar recomendações para o fortalecimento do PASF, incluindo um conjunto de indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a ser incorporado ao Observatório, para subsidiar seu monitoramento e avaliação.

O documento está estruturado em quatro seções principais: metodologia; dimensões e contextos da SAN em Alagoas; estrutura e iniciativas do PASF; e recomendações. Elaborada entre agosto de 2024 e fevereiro de 2025, a construção do trabalho envolveu as seguintes etapas:

- Revisão bibliográfica;
- Mapeamento, análise documental e priorização das iniciativas vinculadas ao PASF;
- Entrevistas semiestruturadas com equipes técnicas estaduais envolvidas na coordenação, monitoramento e execução das iniciativas;
- Visitas técnicas a equipamentos de SAN localizados em Maceió; e
- Realização de oficina colaborativa para validação preliminar, apresentação de resultados e pactuação de uma agenda de prioridades.

Dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional

As dimensões da SAN (FAO, 2006; 2014; 2024) foram utilizadas como critérios para classificar as iniciativas do PASF, assim como para orientar a formulação das recomendações de fortalecimento do programa e a definição da matriz de indicadores para o monitoramento e avaliação da SAN em Alagoas, sendo elas:

1. **Disponibilidade do alimento:** quantidade fisicamente presente, relacionada à produção, ao abastecimento, à distribuição e ao comércio de alimentos;
2. **Acesso aos alimentos:** capacidade das pessoas de obter alimentos de forma socialmente aceitável, incluindo o acesso físico e econômico a uma alimentação adequada e saudável;
3. **Utilização dos alimentos e dos nutrientes:** uso biológico da energia e dos nutrientes consumidos pelas pessoas, influenciado pela escolha de alimentos, hábitos alimentares, saneamento básico e condições de saúde; e
4. **Estabilidade:** satisfação das três dimensões anteriores ao longo do tempo, sendo uma dimensão transversal suscetível a influências climáticas, sociais, políticas ou econômicas.

A situação de segurança alimentar em Alagoas

O acelerado crescimento urbano, com mais de 55% da população mundial vivendo em cidades, tem ampliado os desafios no campo alimentar. A vulnerabilidade socioeconômica e a informalidade no trabalho dificultam o acesso a uma alimentação adequada, agravando-se com a presença de desertos alimentares, especialmente em áreas periféricas e de baixa renda.

A situação de SAN em Alagoas está fortemente associada a fatores como baixa renda *per capita*, endividamento, informalidade no mercado de trabalho, desemprego e baixa escolaridade.

Além disso, desafios relacionados à produção e à disponibilidade local de alimentos, alta prevalência de consumo de ultraprocessados e condições precárias de saneamento básico agravam esse cenário, perpetuando a pobreza, as desigualdades sociais e os desafios relacionados à saúde e nutrição da população. Diante deste contexto, destacam-se os principais desafios estruturais enfrentados pelo estado de Alagoas:

1. Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN):

- a. Prevalência de IAN: com mais de um terço da população (36,2%), Alagoas é o 9º estado com

os maiores índices de IAN, superando a média nacional (27,6%), mas ficando abaixo da média da região Nordeste (38,8%) (IBGE, 2023); e

b. Distribuição entre os níveis de SAN: 63,8% da população em SAN, 23,3% em IAN leve, 7,3% em IAN moderada e 5,6% em IAN grave (IBGE, 2023).

2. Fatores agravantes da IAN:

a. Renda: 77,6% dos domicílios têm renda *per capita* de até ½ salário-mínimo; 88% das famílias endividadadas enfrentam IAN (Rede Penssan, 2022);

b. Escolaridade: 79,8% dos domicílios chefiados por pessoas com menos de oito anos de escolaridade enfrentam IAN (Rede Penssan, 2022);

c. Informalidade e desemprego: em 2022, 61,5% dos domicílios chefiados por pessoas em empregos informais ou desempregadas enfrentam IAN moderada ou grave (Rede Penssan, 2022); e

d. Pobreza e extrema pobreza: 64,2% da população alagoana inscrita no CadÚnico está em extrema pobreza (renda *per capita* inferior ou igual a R\$ 105) e 6,3% em situação de pobreza (renda *per capita* de R\$ 105,01 a R\$ 210,00) (ONU-Habitat, 2023).

3. Produção local de alimentos:

a. Em 2017, apenas 12,3% das pessoas que trabalham na agricultura familiar receberam financiamento, e 5,1% tiveram acesso a orientação técnica do poder público, do setor privado ou de Organizações Não Governamentais (ONGs) (ONU-Habitat, 2024).

4. Consumo alimentar e nutrição:

a. Consumo de ultraprocessados: elevada prevalência em crianças entre 6 e 23 meses (38%), crianças de 2 a 4 anos (83%), crianças de 5 a 9 anos (88%), adolescentes (84%), pessoas adultas (66%), gestantes (71%) e pessoas idosas (45%) (Brasil, 2023a); e

b. Má nutrição: crianças menores de 5 anos: 5,21% apresentam magreza e 16,67% têm excesso de peso; crianças de 5 a 9 anos: 5,82% apresentam magreza e 28,35% excesso de peso; prevalências elevadas de excesso de peso entre adolescentes (29,22%), pessoas adultas (69,20%) e idosas (52,80%) (Brasil, 2023a).



© Alagoas Sem Fome

Programa Alagoas Sem Fome

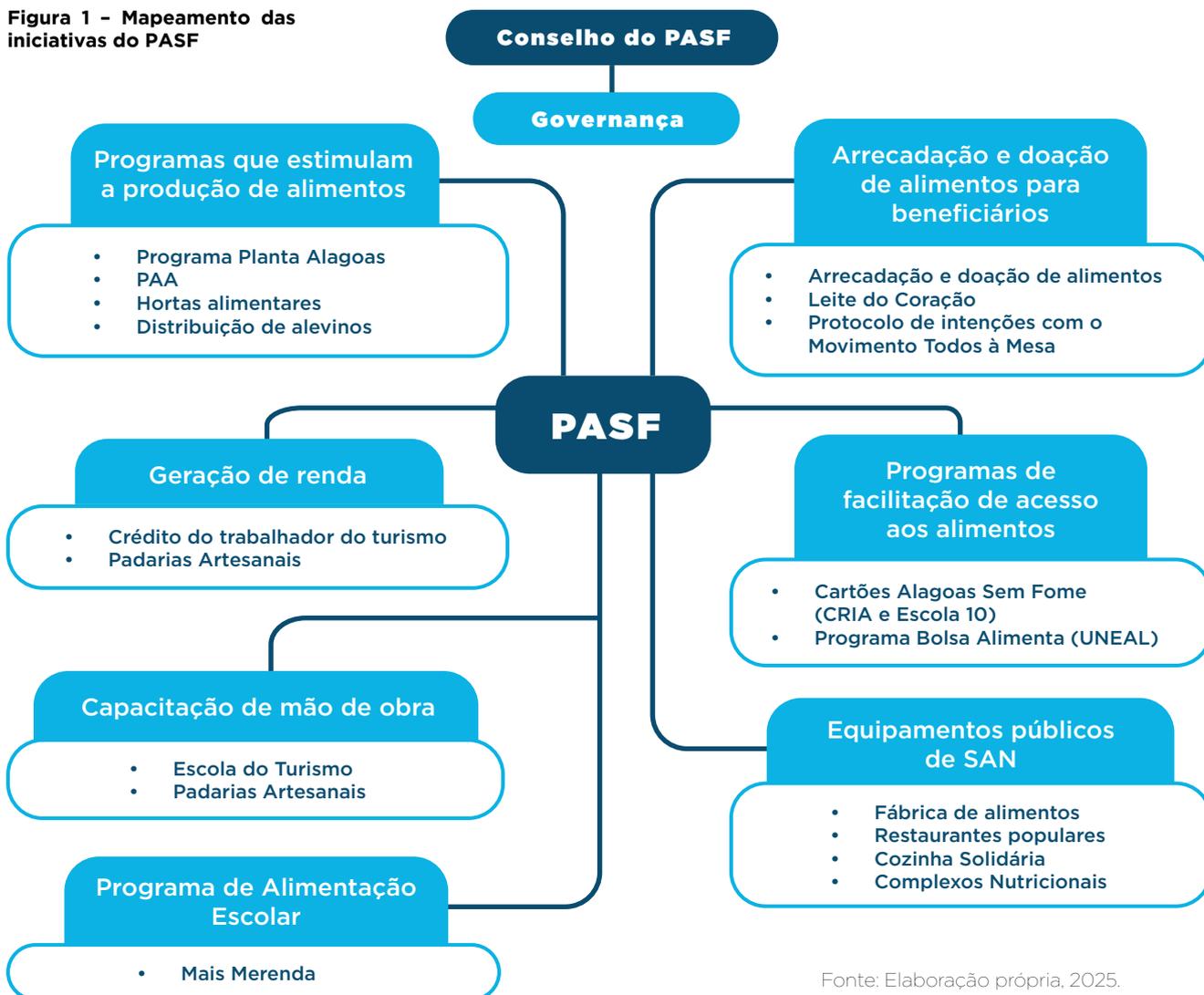
O PASF foi instituído pela Lei 9.128, de 26 de dezembro de 2023, como política pública permanente de combate à IAN no estado. O programa abrange ações já existentes e novas iniciativas, implementadas diretamente pela gestão estadual ou por meio de parcerias com o setor produtivo e a sociedade civil.

Sua estrutura de governança e participação intersetorial e social incluem: Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/AL), Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/AL), Conferência Estadual de SAN e Conselho Estadual Alagoas sem Fome. As iniciativas do PASF foram mapeadas e organizadas em sete categorias, de acordo com a Figura 1.

As iniciativas analisadas pela Análise Temática foram priorizadas de acordo com os seguintes critérios: (i) status de implementação, (ii) nível de aderência à pauta e (iii) potencialidades de cada iniciativa para o combate à IAN.

O Quadro 1 apresenta as iniciativas selecionadas, organizadas em seis categorias, pois duas das sete originalmente definidas foram agrupadas para maior clareza e organização.

Figura 1 - Mapeamento das iniciativas do PASF



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Quadro 1 - Principais iniciativas do PASF segundo as categorias da Análise Temática

Categorias	Iniciativas
Facilitação de acesso aos alimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Cartões Alagoas Sem Fome (CRIA e Escola 10) • Programa Bolsa Alimenta (UNEAL)
Estímulo à produção de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Aquisição de Alimentos • Hortas alimentares • Programa Planta Alagoas
Equipamentos públicos de SAN	<ul style="list-style-type: none"> • Complexos Nutricionais • Restaurantes populares • Programa Cozinha Solidária • Fábrica de alimentos
Arrecadação e doação de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Arrecadação e doação de alimentos • Programa Leite do Coração
Alimentação escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Mais Merenda
Geração de renda e capacitação de mão de obra	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Padarias Artesanais

Fonte: Elaboração própria, 2025.



Recomendações para o Programa Alagoas Sem Fome

As recomendações estão organizadas em três eixos:

- 1. Aprimoramento da política pública:** análise de diagnósticos, aperfeiçoamento do desenho da política, ampliação da participação social e melhoria da comunicação do programa;
- 2. Fortalecimento das estratégias de atuação:** qualificação das equipes técnicas, articulação

entre os setores de saúde e assistência social, e ações para garantir a eficácia e a sustentabilidade do programa a longo prazo; e

- 3. Desenvolvimento das iniciativas técnicas do PASF:** ampliação da disponibilidade de alimentos, garantia do acesso e promoção, além do monitoramento da utilização dos alimentos e nutrientes.

Quadro 2 - Matriz das recomendações para o PASF

Eixo: Aprimoramento da política pública	
Recomendação	Ações
Fortalecer o desenho institucional do PASF	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o planejamento estratégico do PASF; e • Criar plataforma integrada para gestão unificada do PASF.
Produzir diagnóstico sobre insegurança alimentar e nutricional, com foco nos povos indígenas e comunidades quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> • Financiar pesquisas sobre insegurança alimentar e nutricional no estado.
Fortalecer a tomada de decisão baseadas em evidências	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar indicadores de SAN no estado; • Monitorar iniciativas para o processo de avaliação do PASF; e • Fortalecer as capacidades institucionais para monitoramento e avaliação.
Ampliar a sustentabilidade financeira do PASF a médio e longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a capacidade de financiamento estadual; e • Garantir a sustentabilidade financeira.
Garantir a participação social no PASF	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer espaços de diálogo com a população atendida; e • Fortalecer a participação e o controle social do PASF.
Ampliar a comunicação do PASF	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver estratégia de comunicação do PASF; e • Divulgar e prestar contas das iniciativas do PASF.

Eixo: Aprimoramento das estratégias de atuação

Recomendação	Ações
Fortalecer o desenho institucional do PASF	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar equipe técnica do Núcleo Gestor do PASF; • Capacitar equipes técnicas do PASF das áreas setoriais; e • Melhorar o fluxo de articulação e comunicação interna.
Apoiar a consolidação do SISAN	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a adesão ao SISAN e as capacidades locais.
Fortalecer articulação entre o setor saúde e a assistência social	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA); e • Fortalecer a articulação do PASF com o setor saúde e assistência social.
Ampliar o escopo e a cobertura das ações do PASF	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar público beneficiário; • Incluir ações específicas para indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; e • Integrar políticas públicas dos três níveis de governo.

Eixo: Desenvolvimento das iniciativas técnicas do PASF

Quanto à disponibilidade dos alimentos

Recomendação	Ações
Aumentar o percentual de compras dos alimentos da agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar percentual de compras de alimentos da agricultura familiar nos equipamentos públicos de SAN; • Ampliar equipamentos públicos de SAN no PAA; e • Ampliar percentual de alimentos da agricultura familiar no Programa Mais Merenda.
Capacitar famílias agricultoras para o PAA	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar assistência técnica e rural às famílias agricultoras; e • Ampliar acesso ao Programa do Campo para Sala de Aula.

Eixo: Desenvolvimento das iniciativas técnicas do PASF

Quanto ao acesso aos alimentos

Recomendação	Ações
Garantir a qualidade dos alimentos ofertados nos equipamentos públicos de SAN	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar Nota Técnica sobre a qualidade dos alimentos ofertados nos equipamentos públicos de SAN; • Garantir a qualidade nutricional dos alimentos ofertados nos equipamentos públicos de SAN; e • Designar um profissional nutricionista para atuação nos equipamentos públicos de SAN.
Garantir a qualidade da alimentação escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar os recursos ofertados no Programa Mais Merenda; • Regulamentar alimentos comercializados nas cantinas escolares; e • Melhorar fluxo de distribuição dos alimentos do PAA nas escolas • Publicar marco legal para o Programa Mais Merenda.
Fortalecer ações com foco no abastecimento de água de qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir no PASF ações com foco no abastecimento de água de qualidade.

Eixo: Desenvolvimento das iniciativas técnicas do PASF
Quanto à utilização dos alimentos e nutrientes

Recomendação	Ações
Garantir estado nutricional monitorado e tratamento adequado na rede socioassistencial	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar continuamente o estado nutricional da rede socioassistencial.
Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional de forma continuada	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar ações contínuas de Educação Alimentar e Nutricional.
Incluir ações para garantir a dimensão “utilização de alimentos e nutrientes”	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir ações voltadas à desnutrição e obesidade; • Incluir ações voltadas ao fornecimento de gás e armazenamento adequado dos alimentos; e • Incluir ações voltadas a cozinhas e reservatórios de alimentos.

Fonte: Elaboração própria, 2025

Recomendações para o Observatório de Políticas Públicas de Alagoas

Quadro 3 – Matriz de recomendações para o Observatório de Políticas Públicas

Dimensão	Ações propostas
Disponibilidade dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir uma ferramenta para apresentar dados desagregados por gênero, faixa etária, renda e raça, quando disponíveis; • Atualizar os dados periodicamente, garantindo que a plataforma permaneça atualizada; e • Inserir a matriz de indicadores proposta para monitorar e avaliar a SAN no estado.
Funcionalidades da plataforma	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir um filtro que permita a seleção de indicadores relacionados a programas específicos, como o PASF; • Adicionar uma página com instruções detalhadas sobre o uso dos dados e os formatos de visualizações do Observatório; • Oferecer a opção de selecionar vários municípios e regiões de planejamento, possibilitando a comparação de indicadores tanto entre municípios quanto entre regiões; e • Implementar uma funcionalidade para geração de relatórios por município ou região de planejamento, permitindo a seleção de um ou mais ODS e indicadores.
Visualização dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar o ranking dos municípios; • Incluir a visualização dos indicadores em mapas interativos do estado de Alagoas, facilitando a comparação dos dados entre os municípios; • Permitir a visualização do ranking completo dos 102 municípios para cada indicador; e • Incluir, para cada indicador, o resultado para o Brasil, a região Nordeste e o estado de Alagoas, a fim de facilitar a avaliação do desempenho de cada município.
Disseminação dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a disseminação dos dados por meio de divulgação nas redes sociais e nos sites do Governo de Alagoas e do ONU-Habitat; • Incluir uma pesquisa de satisfação e identificação da pessoa usuária, com o objetivo de verificar se a plataforma está atingindo o público destinatário e utilizada para a tomada de decisões; e • Enviar e-mail as partes interessadas quando os dados forem atualizados ou quando novos indicadores forem adicionados.

Fonte: Elaboração própria, 2025

O Quadro 3 apresenta recomendações para a atualização do Observatório, visando ampliar seu potencial de contribuição para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em Alagoas

Com base nos indicadores disponíveis no Brasil para cada dimensão da SAN, foram propostos indicadores específicos para acompanhar a temática no estado, visando auxiliar o monitoramento e a avaliação do PASF no âmbito do Observatório.

Quadro 4 – Síntese da matriz de indicadores de SAN

Dimensão	Nome do indicador
Disponibilidade	Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários
	Percentual dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar
	Percentual de produtores de agricultura familiar com financiamento
	Percentual de produtores de agricultura familiar com orientação técnica externa
Acesso	Prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional
	Prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional moderada ou grave
	Prevalência de aleitamento materno exclusivo
	Prevalência de aleitamento materno entre crianças menores de 2 anos
	Diversidade alimentar mínima
	Consumo de alimentos ultraprocessados
	Consumo de fruta Consumo de verduras e legumes
	Percentual da população atendida com serviço de abastecimento de água
	Percentual de domicílios particulares permanentes com, pelo menos, um morador quilombola, por forma principal de abastecimento de água
Utilização	Percentual de crianças com baixo peso ao nascer
	Prevalência de magreza entre crianças menores de 5 anos
	Prevalência de baixa estatura entre crianças menores de 5 anos
	Prevalência de excesso de peso entre crianças menores de 5 anos
	Prevalência de excesso de peso entre crianças de 5 a 9 anos
	Prevalência de obesidade em adultos

Fonte: Elaboração própria, 2025

O Programa Alagoas sem Fome é uma iniciativa multidimensional voltada ao enfrentamento da fome e da insegurança alimentar. Embora avanços tenham sido alcançados em sua implementação, persistem desafios institucionais a serem superados. O programa pode se tornar mais eficaz ao adotar estratégias abrangentes e soluções duradouras, focadas na geração de renda e na inclusão social, contribuindo para romper os ciclos de pobreza multidimensional e assegurar o acesso adequado e saudável aos alimentos.

visaoalagoas2030.al.gov.br

VISÃO ALAGOAS 2030



Prosperidade Urbana
Inclusiva e Sustentável

Acompanhe o ONU-Habitat nas redes sociais!



@onuhabitatbrasil



ONU-Habitat Brasil



onuhabitatbr



Escaneie para
saber mais!



ONU-HABITAT



ALAGOAS
GOVERNO